

Congresso aprova MP que amplia isenção de conta de luz

Medida vale para famílias do CadÚnico que gastam até 80 kWh

Por Gabriela Gallo

O Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória (MP) nº 1300/2025 que isenta do pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda que consomem até 80 quilowatts-hora por mês. A medida foi discutida e aprovada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal nesta quarta-feira (17), o último dia que o poder Legislativo tinha para aprovar a medida provisória antes dela caducar — ou seja, não iria mais surtir efeito. A Câmara dos Deputados aprovou o texto com 352 votos favoráveis e 93 contrários e o Senado Federal, que discutiu e votou a medida a toque de caixa, aprovou a medida com 49 votos a favor, 3 contrários e 3 abstenções. A MP segue para sanção presidencial.

Primeiro o texto foi discutido por horas no plenário da Câmara dos Deputados. Após os deputados federais aprovarem a medida, a medida seguiu direto para o plenário do Senado Federal, que foi aprovado no mesmo dia para impedir que o texto caducasse. A sessão no plenário do Senado começou a discutir a MP após às 19h e terminou por volta das 21h, em uma sessão relativamente rápida, conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Protocolada pelo governo federal, a medida provisória concede o benefício de gratuidade total da conta de luz a 4,5 milhões de famílias. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), ao todo, 115 milhões de consumidores serão benefi-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Congresso aprovou MP no último dia antes da medida caducar

ciados pela gratuidade ou pela redução da conta de luz.

A MP foi criada após o Congresso Nacional derrubar os vetos presidenciais no Marco Regulatório de Energia Offshore — conjunto de normas que estabelece as regras para a geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas instaladas no mar (offshore) no Brasil. Devido a uma série de “jabutis” (que são dispositivos e emendas inseridos no projeto original) incluídos na proposta. Dentre elas, estava os incentivos para fontes termelétricas a carvão e gás natural, que fontes mais caras em comparação com a energia eólica e, conseqüentemente, aumenta a conta de luz repassada ao consumidor.

A Medida

O texto aprovado garante isenção total da conta de luz para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para

Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), desde que o consumo dessas famílias seja de até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês. Acima desse consumo, não haverá desconto para as famílias. Atualmente, a tarifa social concede descontos parciais — entre 10% e 65% — para consumo mensal de até 220 kWh.

Para além das famílias cadastradas no CadÚnico, podem ser beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica: idosos com 65 anos ou mais (ou pessoas com deficiência) que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e estão no CadÚnico; família inscrita no CadÚnico com renda mensal de até três salários-mínimos, que tenha pessoa com doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos,

equipamentos ou instrumentos que consomem energia elétrica. Além disso, também serão contempladas famílias atendidas em sistemas isolados da região Norte e famílias indígenas e quilombolas inscritas no CadÚnico, cujo consumo mensal seja de até 80 kWh/mês.

Todavia, vale destacar que poderão ser cobrados na fatura os custos não associados à energia consumida, como a contribuição de iluminação pública ou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de acordo com legislação específica do estado ou município onde a família contemplada residir.

Como a isenção cheia passa a beneficiar mais pessoas, a diferença será coberta por todos os outros consumidores com encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) incidente na fatura de energia.

Bolsonaro é diagnosticado com câncer de pele inicial

Por Jorge Vasconcellos e Gabriela Gallo

Exames realizados no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) identificaram duas lesões compatíveis com câncer de pele. A informação foi passada aos jornalistas, nesta quarta-feira (17), pelo médico Claudio Birolini, chefe da equipe cirúrgica que acompanha o político.

O médico concedeu entrevista logo após Bolsonaro deixar o Hospital DF Star, em Brasília, onde havia sido internado na tarde de ontem depois de apresentar crises de soluço, vômito e pressão baixa. Ele passou a noite de terça (16) para quarta sob observação.

No último domingo (14), o ex-presidente passou por um procedimento médico para remover oito lesões de pele. Um laudo feito com o material biológico indicou a “presença de carcinoma de células escamosas ‘in situ’, em duas das oito lesões removidas”, diz boletim médico divulgado na quarta-feira.

“Duas das lesões vieram positivas para o carcinoma de células escamosas, que não é nem o mais bonzinho e nem o mais agressivo, mas, ainda assim, é um câncer de pele”, disse Claudio Birolini, explicando que as lesões — localizadas no tórax e em um dos braços do ex-presidente — são “precoces” e “demanda apenas de avaliação periódica”. O tipo de câncer de pele de “células escamosas” identificado em Bolsonaro é o “carcinoma espinocelular”.

“O que ele vai ter que fazer é ser avaliado periodicamente para



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Diagnóstico é inicial e superficial

ver se outras lesões apresentam suspeitas. Com relação a essas lesões, elas foram retiradas, mas pela característica da pele dele, por ter tomado sol sem proteção, é caso de avaliação periódica. Não é caso de nenhum tratamento coadjuvante agora”, disse o cirurgião.

Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar e foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão por liderar uma trama golpista, ainda deve apresentar atestado médico ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Carcinoma Espinocelular

Ao Correio da Manhã, o médico dermatologista e presiden-

te do Congresso Brasileiro de Cirurgia Dermatológica 2026 Alessandro Alarcão explicou que o carcinoma espinocelular “é o segundo tipo mais comum de câncer de pele”.

“No caso do ex-presidente Bolsonaro, a informação divulgada foi que o diagnóstico é inicial e superficial, o que é um cenário favorável. Ou seja: apesar de o espinocelular ter um risco maior que o basocelular, quando descoberto cedo o tratamento costuma ser eficaz e com prognóstico positivo”, detalhou Alarcão para a reportagem.

Questionado pela reportagem, o dermatologista reiterou que o histórico de cirurgias e problemas de saúde, especial-

mente intestinais, que o ex-presidente vem enfrentando desde que levou uma facada durante campanha presidencial em 2018, não estão diretamente ligados ao câncer de pele.

“O que realmente importa para esse tipo de câncer são fatores como exposição solar ao longo da vida, tipo de pele e histórico familiar. No caso dele, sendo carioca, é muito provável que tenha tido uma infância e adolescência com alta exposição ao sol, em praias e atividades ao ar livre, numa época em que o uso de protetor solar não era hábito. Isso gera um dano acumulativo: cada queimadura solar, cada excesso de sol, fica registrado na pele e pode se manifestar anos ou décadas depois como um câncer”, afirmou o médico.

Ele ainda reiterou que o estilo de vida também é um aspecto que precisa ser levado em consideração para se prevenir contra o câncer de pele. “Sabemos que ele [Bolsonaro] tem o hábito de andar de moto, e muitas vezes a pele fica diretamente exposta ao sol e ao vento. Essa exposição crônica, sem proteção adequada, aumenta significativamente o risco de câncer de pele, principalmente em áreas como rosto, braços e mãos. Portanto, o desgaste de saúde geral não é o fator central aqui; o que pesa mesmo é a soma da exposição solar intensa desde cedo e hábitos de vida que reforçam esse contato direto com os raios ultravioleta”, completou Alessandro Alarcão.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Seabra Filho durante sabatina no Senado

Mudança facilitou aprovação de diretor preso ontem

Uma manobra do senador Confúcio Moura (MDB-RO) abriu caminho para a aprovação de Mário Trivellato Seabra Filho, preso ontem pela Polícia Federal, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Em 13 de dezembro de 2023, Moura, que presidia a Comissão de Serviços de Infraestrutura, responsável pela sabatina do indicado, trocou, em cima da

hora, o relator do processo: tirou o senador Carlos Viana (Podemos-MG) e nomeou Carlos Fávaro (PSD-MT), que se licenciara na véspera do cargo de ministro da Agricultura.

Durante a sabatina, Viana protestou por ter sido substituído — alegou que, na noite anterior, dissera a Moura que não apresentaria seu relatório porque o candidato deixara de apresentar documentos.

Confirmação

Ontem, Viana afirmou que a prisão de Seabra Filho confirmou suas desconfianças. Disse que ele apresentara documentos duvidosos e que não havia como checar a veracidade de informações. O senador pediu que a sessão fosse adiada para fevereiro.

Pressão

Viana afirmou que a presença na sessão de representante do Ministério de Minas e Energia foi uma forma de pressão sobre o Senado. Indicado pelo ministro Alexandre Silveira (MME), Seabra Filho é suspeito de crimes ambientais, corrupção e lavagem de dinheiro.



Fernando Molica

O pavilhão está na fachada de prédio comercial

Bandeira de Israel hasteada no fim do Leblon

A lei 5.700, de 1971, determina que nenhuma bandeira de outro país pode ser usada no Brasil sem que a bandeira nacional esteja ao seu lado direito, “de igual tamanho e em posição de realce”.

Isso, com exceção do que ocorre em representações diplomáticas.

Uma bandeira de Israel, porém, está há alguns

meses hasteada, solitária, na fachada do Leblon Office: lá, segundo a Embaixada de Israel, não funciona nenhuma representação diplomática do país.

A coluna procurou a administração do prédio em busca de uma justificativa. Um funcionário disse ter repassado a demanda para a Arbi Rio, dona do imóvel.

Enrolação

Os resultados da pesquisa AtlasIntel/Bloomberg reforçaram a tese governista de que protelar a votação da anistia é a melhor maneira de lidar com o tema. Há a percepção de que o julgamento de Jair Bolsonaro ajudado a refrescar a memória da população sobre o 8 de Janeiro.

Lá e cá

Outro dado relevante é a constatação do desgaste da política de morte-às-topas (Republicanos) em relação a Bolsonaro. O governador de São Paulo é o principal nome da direita para encarar a disputa da Presidência da República em 2026.

Esperança

A condenação a uma anistia ampla e irrestrita por parte de 57,3% dos ouvidos (seis pontos a mais do que em agosto) foi muito comemorada. O Planalto ressalta que 50,2% são contra qualquer tipo de anistia. Há esperança de que os números sensibilizem o Centrão.

Páreo duro

A pesquisa revela que a maioria da população rejeita o discurso radical adotado por Tarcísio. Ele é o candidato preferido de 46,3% dos que votariam em Bolsonaro, mas o percentual é ultrapassado pela soma das intenções em políticos que têm o nome do ex-presidente.